

A TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO, PARANÁ - BRASIL

The Territorialization the Movement of Rural Workers without land - MST microregion in geographical Campo Mourão, Paraná - Brazil

Aurea Andrade Viana de Andrade*
Elpídio Serra**

***Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR / Campo Mourão, Paraná**
aureavgeo@yahoo.com.br

****Universidade Estadual de Maringá - UEM / Maringá, Paraná**
serraelpidio@gmail.com

RESUMO

O novo modelo de produção agrícola que se instalou no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, efetivou-se de modo contraditório, uma vez que as políticas públicas de desenvolvimento rural corroboram com as desigualdades sociais no campo com a desterritorialização de milhares de trabalhadores rurais, especialmente no estado do Paraná. Tal processo contribuiu para organização de novos territórios e de novas territorialidades. Igualmente, nos últimos anos, na região de Campo Mourão, surgiram novos territórios no espaço rural e, dentre eles, os de trabalhadores rurais sem-terra: uma parte organizada na forma de assentamentos, implantados pelo poder municipal em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, outros na forma de acampamentos que se transformam, por meio da luta, em assentamentos. Para melhor compreensão desse movimento de des-re-territorialização dos trabalhadores rurais sem-terra, abordamos, na pesquisa, o processo da territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na Microrregião Geográfica de Campo Mourão. A pesquisa teve um caráter teórico e empírico com entrevistas e depoimentos dos trabalhadores rurais sem-terra dos assentamentos e dos acampamentos Irmã Dorothy e Nossa Senhora do Carmo, localizados no município de Barbosa Ferraz. Esses movimentos são formas de poder e de resistência à ordem estabelecida na sociedade capitalista.

Palavras-chave: Território. Luta. Ocupação. MST.

ABSTRACT

The new model of agricultural production that was established in Brazil between the 1960s and 1970s was contradictory, as the public policies of rural development reinforce the social inequalities in the countryside with the deterritorialization of thousands of rural workers, especially in the state of Paraná. This process contributed to the organization of new territories and new territorialities. Likewise, in recent years, in the region of Campo Mourão, new territories have emerged in rural areas and, among them, the landless rural workers': a part organized in the form of settlements, implemented by the municipal power in partnership with the National Institute of Colonization and Agrarian Reform, others in the form of camps that are transformed, through struggle, into settlements. For a better understanding of this movement of de-territorialization of the landless rural workers, we have addressed, in our research, the process of territorialization of the Landless Rural Workers' Movement (MST) in the Geographical Microregion of Campo Mourão. The research had a theoretical and empirical character with interviews and statements from the landless rural workers of the settlements and camps Irmã Dorothy and Nossa Senhora do Carmo, located in the municipality of Barbosa Ferraz. These movements are forms of power and resistance to the order established in capitalist society.

Keywords: Territory. Struggle. Occupation. MST.

1. INTRODUÇÃO

No século passado, especialmente nas últimas décadas ocorreram mudanças expressivas no campo brasileiro, condicionadas, em grande medida, pelas relações de poder, Estado e capital. Essas relações são visivelmente averiguadas no estado do Paraná, com o novo modelo de produção e de reprodução do capital que se intensificou com o avanço tecnológico, concomitante à disseminação das culturas mecanizadas. Contudo, o novo modelo de agricultura capitalista implantado no Brasil não foi benéfico à população do campo, visto que acirraram as desigualdades sociais e a desterritorialização dos trabalhadores rurais, logo o crescimento das lutas pelo acesso à terra.

Esse processo de desterritorialização é provocado pelas inovações tecnológicas e sua difusão (RAFFESTIN, 1993). Em outras palavras, para discutir a dinâmica territorial do campo brasileiro, deve-se pensar na perspectiva da implementação de políticas públicas contraditórias para o desenvolvimento rural denominada de “modernização agropecuária”. Esse processo não rompe com a tradicional concentração de terra, provoca a expulsão de milhares de trabalhadores rurais, exacerbando as desigualdades sociais e, conseqüentemente, o aumento da pobreza.

Nos últimos anos, em decorrência dessa modernização têm surgido novos territórios no cenário rural, dentre os quais, os territórios constituídos de trabalhadores rurais sem-terra, uma parte organizada em movimentos sociais, na forma de assentamentos, implantados pelo poder municipal, em parceria com o INCRA, outros na forma de acampamentos que se transformam, por meio da luta em assentamentos.

Nesse sentido, na pesquisa abordamos o processo da territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na microrregião de Campo Mourão, visto que nas últimas décadas tem emergido vários territórios desses trabalhadores na região.

Para melhor apreensão do objeto de estudo, trabalhamos com o tempo histórico, das sucessões, do processo histórico da desterritorialização movido pelo pelas relações capitalistas no campo. Todavia, simultaneamente à desterritorialização há reterritorialização, que condicionam mutuamente e resultam da energia de trabalho, um movimento dialético de continuidade e descontinuidade, isto é “o velho é recriado no novo” (SAQUET, 2008, p. 51). É nesta perspectiva que centramos nossos desdobramentos teórico-metodológicos para análise e interpretação dos processos de des-reterritorialização dos trabalhadores rurais, para compreender a territorialização do MST na região.

A pesquisa teve um caráter teórico e empírico que efetivamos em dois momentos. No primeiro, fundamentamos sobre a origem do MST e seu surgimento na região. No segundo, tratamos da pesquisa empírica, que realizamos por meio de entrevistas e depoimentos dos trabalhadores rurais sem-terra dos assentamentos e dos acampamentos Irmã Dorothy e Nossa Senhora do Carmo, localizados no município de Barbosa Ferraz, conforme Figura 2.

Este movimento social territorializou na Microrregião Geográfica de Campo Mourão em meados da década de 1990, em parte associado às transformações no campo e pela política de expansão do próprio MST. As ocupações se efetivam em primeira instância, na forma de acampamentos, em terras de grilagens (documentos de posse ilegal), latifúndio improdutivo, de exploração, terras devolutas (pertencente ao Estado) depois da conquista da terra, legalizam-se em assentamentos.

2. A LUTA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Em meio às lutas para o acesso e permanência no espaço agrário brasileiro, nas últimas décadas, têm aumentado as mobilizações dos trabalhadores rurais sem-terra, o surgimento de novos territórios, a exemplo dos acampamentos e assentamentos, isto é, no processo de territorialização dos movimentos sociais. Essas mobilizações dos trabalhadores rurais, já eram comuns, anterior ao período Militar (1964/1985) por meio das Ligas Camponesas, das Associações de Lavradores e Sindicatos,

do Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER (GRZYBOWSKI, 1991). Porém, o movimento se consolida a partir da década de 1950 e expandindo em todo território brasileiro, conforme assegura Serra.

O despertar da consciência camponesa faz com que a luta individualizada evolua para a luta em grupo, para luta organizada que de pouco a pouco, como se fosse um vírus, vai contagiando milhares de posseiros e outros camponeses em todo o contexto nacional, inclusive no Paraná (SERRA, 1991, p. 276).

No final da década de 1970 e início da década de 1980, as mobilizações e manifestações dos trabalhadores rurais intensificaram em números e alcançaram várias regiões. Esses conflitos entre as classes dominantes e dominadas fazem parte da nossa história, a classe dominante articulada com o Estado, busca manter seu poder. Assim, “só se pode entender por poder de Estado o poder de algumas classes (dominantes), ou seja, o lugar dessas classes na relação de poder frente às outras” (POULANTZAS, 2000, p. 150) classes dominadas, neste caso, dos trabalhadores rurais, que resistem por meio de lutas à expansão dos latifúndios.

No caso do estado do Paraná, Magalhães (2001) garante que a construção da mega represa da Usina Hidroelétrica de Itaipu gerou um dos conflitos mais expressivo registrados, “projeto que exigiu a desapropriação de 6.263 parcelas com tamanho médio de 13 ha” (MAGALHÃES, 2001, p. 94). O autor também discute que esses conflitos foram provocados pelas indenizações.

O valor das indenizações foi considerado extremamente baixo pelos produtores, ademais porque não se calculava para tanto o valor das benfeitorias. A politização do processo se dá com o concurso da Igreja Católica e pela inserção do sindicato no movimento [...].

No Noroeste, a Eletrosul também exigia uma série de desapropriações para construção da barragem de Ilha Grande. Os pequenos produtores exigem, em 1978, o pagamento justo das indenizações e, o mais importante, em 1983, requerem indenizações pelos prejuízos causados pela enchente naquele ano, pois entendem que essa foi agravada pela área alagada da empresa (MAGALHÃES, 2001, p. 94).

A luta desses pequenos produtores rurais e de outros, em vários estados brasileiros, tomam maior proporção, quando os trabalhadores assumem que a luta é pela reforma agrária, ampla, geral e irrestrita.

De acordo com Fabrini (2002), a experiência vivenciada pelos desterritorializados da região lindeira do Rio Paraná, entre a foz do Rio Iguaçu e a foz do Rio Guaíra, serviu como base para o surgimento em 1981, em Cascavel, do Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná - MASTRO. Este movimento se tornou referência para a luta dos meeiros, posseiros, arrendatários e expropriados em todo território brasileiro.

Assim, as resistências dos trabalhadores rurais, ao longo dos anos, foram ganhando diferentes formas de organização na luta pela terra e pela reforma agrária, originando associações, sindicatos e outros movimentos, dentre eles o MST. Este movimento, considerado um dos protagonistas na luta contra a concentração de terra em todo território nacional, emerge em enfrentamento ao processo de modernização tecnológica no campo a partir da década de 1970 e se intensifica nas últimas décadas, conforme discorre Fernandes (2001).

Desde a década de 70 o campo brasileiro passa por profundas transformações, resultantes da implantação do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária pelos governos militares e pelas ações dos principais protagonistas da luta contra esse modelo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – e a Comissão Pastoral da Terra – CPT (FERNANDES, 2001, p. 19).

Ainda de acordo com Fernandes (2008), a gestação e nascimento, bem como o processo de territorialização e consolidação do MST se dá em três momentos. O primeiro é imprescindível considerar o contexto histórico econômico, político e social, dentre os quais: a elaboração do Estatuto da Terra; a política agrícola, com a expansão da agricultura capitalista; colonização dirigida para a Amazônia; a repressão dos governos militares contra as manifestações dos trabalhadores rurais; no campo, a atuação da Pastoral da Terra (CPT), nascendo experiência de luta; na cidade, greves dos metalúrgicos, professores, bancários, dentre outros, resultando na criação da Central Única de Trabalhadores CUT; as lutas populares, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT); a redemocratização do país, dentre outros.

No segundo momento, considera a territorialização e consolidação, período de lutas de 1985 a 1990, “o MST se territorializou em todos os estados das regiões Sudeste e Nordeste. Também realizou suas primeiras ocupações no estado de Goiás, na região Centro-Oeste em Rondônia, na Amazônia” (FERNANDES, 2008, p. 33). Nesse período, o movimento também definiu sua estrutura organizativa. As lutas travadas nesse “momento de formação do MST foram predominantemente de trabalhadores rurais assalariados, que ocupavam terras para se livrarem do assalariamento” (FERNANDES, 2008, p. 33); lutas travadas com a participação dos trabalhadores urbanos, que nunca tiveram acesso à terra. Neste momento, também foram estabelecidas definições importantes para a identidade do movimento e sua política, como um movimento.

O terceiro momento se divide em duas partes – uma que pode ser definida e outra que não. A primeira corresponde a territorialização entre os anos de 1990 até 1999, período em que “o Movimento se territorializou na região Centro-Oeste, Distrito Federal (1992), em Mato Grosso (1995) e na Região Amazônica, nos estados do Pará (1990) e Tocantins (1999)” (FERNANDES, 2008, p. 40). A segunda, diz respeito à institucionalização do MST, que “ainda está em desenvolvimento, e por causa de sua estrutura organizativa (Quadro 1) que é múltipla, por abranger muitas formas; híbrida por misturar essas formas que têm partes homogêneas dentro de uma estrutura heterogênea” (FERNANDES, 2008, p. 40).

Quadro 1 – Estrutura organizativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MST	
Instância de Representação	Setores de Atividades
I. Congresso Nacional II. Encontro Nacional III. Coordenação Nacional IV. Direção Nacional V. Encontro Estadual VI. Coordenação Estadual VII. Direção Estadual VIII. Coordenação Regional IX. Coordenação de Assentamentos X. Coordenação de Acampamentos XI. Núcleo de Base	I. Secretaria Nacional II. Secretarias Estaduais III. Secretarias Regionais IV. Setor de frente de Massa V. Setor de Formação VI. Setor de Educação VII. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente VIII. Setor de Comunicação IX. Setor de Finanças X. Setor de Projetos XI. Setor de Direitos humanos XII. Coletivo de Relações Internacionais XIII. Setor de Saúde XIV. Setor de Gênero XV. Coletivo de Cultura XVI. Coletivo da Mística
Organizações vinculadas	
I. Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA II. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (CONCRAB) III. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) IV. Escola Nacional Florestan Fernandes	

Fonte: Fernandes (2008).

A estrutura organizacional do MST se constitui de muita complexidade, ela é dividida em três partes distintas, porém articuladas: instância de representação, os setores de atividades e as organizações vinculadas. Portanto, uma estrutura múltipla e híbrida, isto é, apreende todas as dimensões territoriais, social, educacional, cultural, política, econômica e ambiental. A territorialização do MST ocorreu, simultaneamente, em vários estados brasileiros e se trata de “uma construção histórica” (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 19). Porém, a década de 1990 se consistiu no marco do avanço desse processo, de expansão territorial, inclusive no Paraná. Segundo Fernandes (2008), nessa década, o MST estava “organizado em 23 unidades federativas e era o principal movimento camponês na realização de ocupações de terra. As ocupações cresceram e foi uma importante forma de pressão política para a multiplicação do número de assentamentos implantados” (FERNANDES, 2008, p. 36).

3. A DESTERRITORIALIZAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL E A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO

3.1. A desterritorialização do trabalhador rural

O processo de desterritorialização do trabalhador rural, foi provocado em grande medida pela incorporação das novas técnicas, visto que os agricultores ficaram mais vulneráveis aos meios modernos, em razão da intensa alteração das relações de trabalho no campo. Em outras palavras, com a ampliação do uso da força mecânica, o trabalho humano reduziu consideravelmente. Se por um lado o avanço do capital na agricultura viabilizou o processo produtivo, o mesmo não ocorreu com a massa de trabalhadores rurais, já que a substituição da força braçal pela mecânica liberou milhares desses trabalhadores.

Essa massa de população rural há tempo luta por sobrevivência, nas áreas urbanas ou no campo, em busca do acesso à terra. Este processo tem intensificado, sobretudo nas regiões onde a ação do capitalismo com a introdução de novas tecnologias foi mais intensa, entre as décadas de 1960 e 1970.

Nesse período, o estado do Paraná tornou-se um dos estados brasileiros que mais perdeu a população rural. Após passar por um momento de atração populacional dentre as décadas de 1950 a 1960, o Paraná embrenha-se numa retração aguda a partir de 1970, provocando um acentuado movimento emigratório da população rural. Sobre essa questão, Moro assegura que:

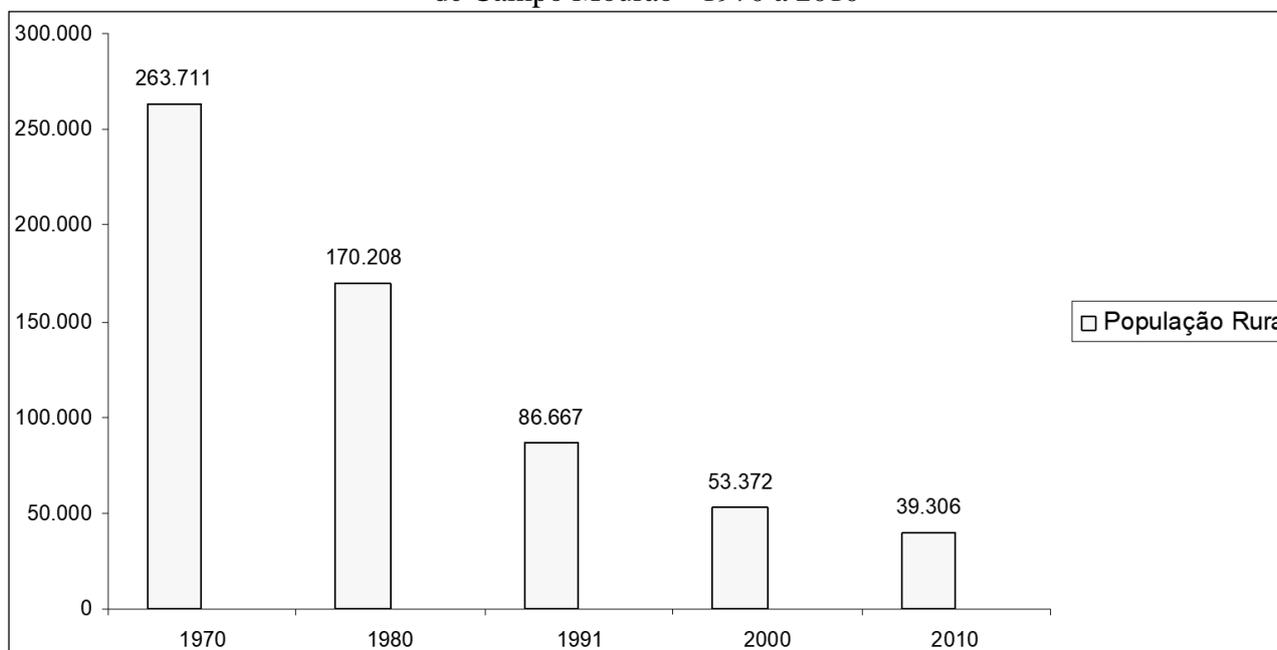
Parte considerável dos retirantes do campo dirigiram-se a outros estados da federação, notadamente às fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste e Norte e à região metropolitana da capital paulista. Da mesma forma, é significativo o contingente que se deslocou para as terras agrícolas, lindeiras ao rio Paraná, no vizinho Paraguai, concorrendo na formação dos “brasiguaios”.

[...] ainda, há um numeroso conjunto de retirantes que se dirigiram preferencialmente às cidades polos regionais, como Cascavel, Guarapuava, Maringá, Londrina, Umuarama, Apucarana, Ponta Grossa, dentre outras, e as cidades satélites, e, com maior fluxo, a região metropolitana da capital paranaense (MORO, 2001, p. 114).

Pelo menos dois fatores podem ser apontados como causadores do processo de deslocamento das populações rurais para os espaços urbanos e para outras regiões do país: a intensificação do uso da força mecânica nas atividades agrícolas, o que provocou desemprego no campo, e a fragmentação da pequena propriedade, que foi a base da estrutura fundiária da colonização particularmente da região Norte do Estado. A fragmentação fez surgir os minifúndios improdutivos, com área insuficiente para o sustento das famílias.

Estes acontecimentos, entre outros, foram responsáveis pelo surgimento de vários territórios no meio rural paranaense. De acordo com os dados censitários do IBGE revelam que mais de dois milhões de pessoas foram desterritorializadas do campo. Parte considerável destas pessoas foram para as cidades, sendo que uma parcela conseguiu se integrar ao sistema urbano outra continua a lutar para o acesso à terra.

Figura 1 – A desterritorialização da população do campo na Microrregião Geográfica de Campo Mourão - 1970 a 2010



Fonte: IBGE (2010), organizado pelos autores (2012).

A Figura 1, ilustra como esse processo de desterritorialização foi intenso na Microrregião de Campo Mourão, em quatro décadas a população rural que era de 263.711, passou para 39.306 pessoas, uma redução de 85% da sua população rural. Com essas implicações, asseguramos que a região foi uma das mais atingidas, e continua sofrendo com a ação da anexação das pequenas propriedades às médias e grandes propriedades, expropriação e expulsão do trabalhador rural. Tais consequências fez surgir na região os territórios dos trabalhadores “sem-terra”, na forma de acampamentos e assentamentos.

Neste sentido, podemos assegurar que historicamente as sociedades se territorializam, desterritorializam e reterritorializam, numa sucessão de diferentes territorialidades, materiais e imateriais (SAQUET, 2007).

3.2. A territorialização do movimento na microrregião

No caso da Microrregião Geográfica de Campo Mourão, a territorialização do Movimento acontece na segunda metade da década de 1990. Contudo, anterior a esse processo vários conflitos e ameaças de morte ocorreram na região, envolvendo os integrantes da “Pastoral Juventude Rural”, entidade ligada à Igreja Católica e de outras pessoas ligadas ao movimento de organização dos trabalhadores rurais, que ajudavam no processo de conscientização política de pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem-terra.

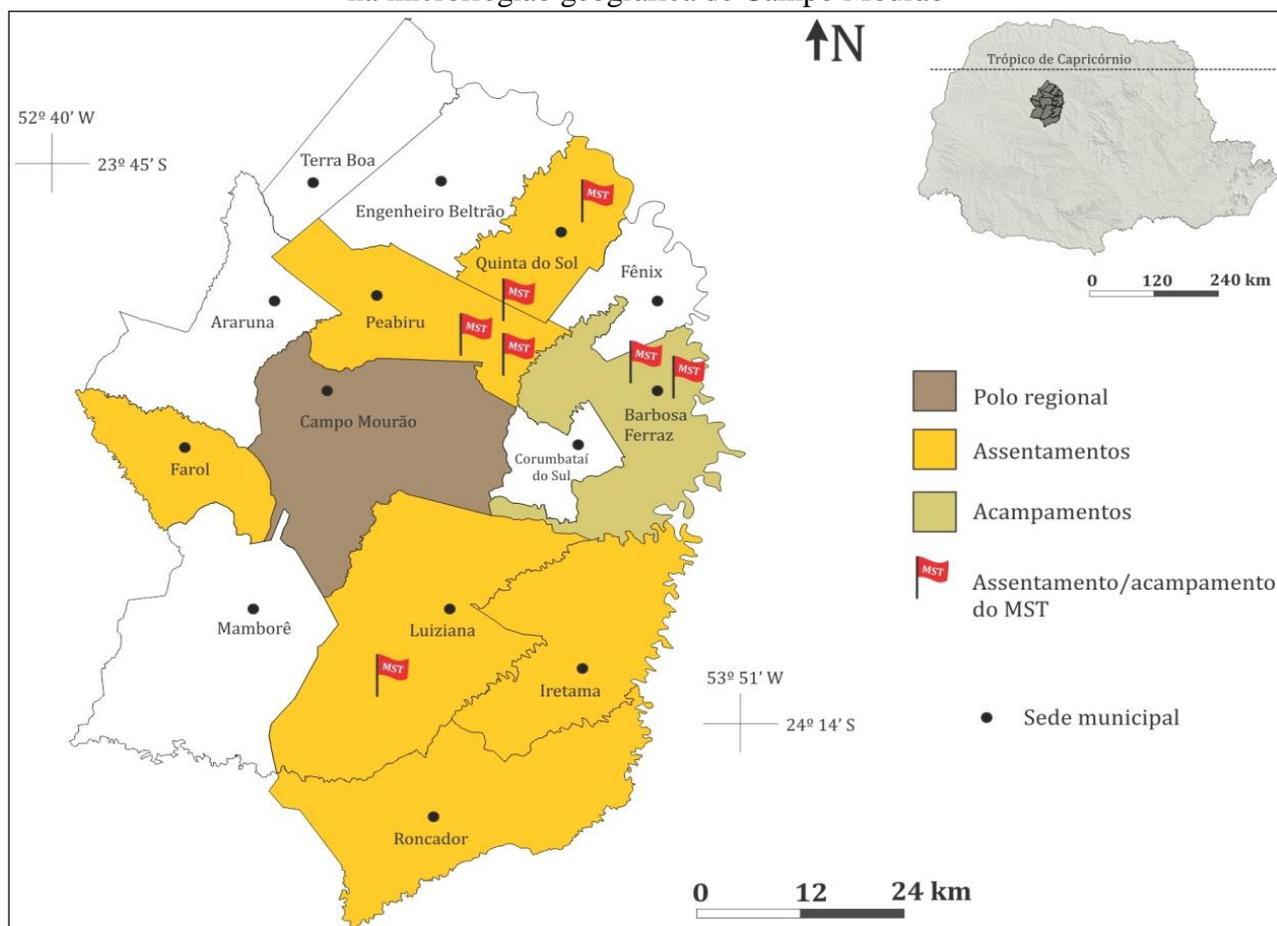
Nesse período, os trabalhadores rurais sem-terra ocuparam terras que não atendiam à função social (Constituição Federal de 1988), nos municípios de Peabiru, Quinta do Sol, Luiziana e mais recentemente, em 2005, ocuparam mais duas áreas no município de Barbosa Ferraz. Deste modo, a

região compreende 12 (doze) assentamentos, dos quais 5 (cinco) são vinculados ao MST, além dos 2 (dois) acampamentos localizados (Figura 2) no município de Barbosa Ferraz.

De acordo com a Portaria n. 25/97/INCRA/SR-09, o Assentamento Santa Rita, do município de Peabiru, foi o primeiro assentamento regularizado, vinculado ao MST na Microrregião. Neste foram assentadas 83 famílias, todas paranaenses, das quais 13 famílias de origem de Pitanga e as restantes da região de Cascavel, conforme depoimento de Miguel Korczak Sobrinho, trabalhador rural do Assentamento Santa Rita. Ele relata que vieram para a área em 1996, porém sua história com o MST é de longa data, “foram mais de 10 anos morando embaixo de lona, de um acampamento e outro, lutando para ter acesso à terra”.

Ainda de acordo com Miguel, a ocupação foi pacífica, pois a área de 120 alqueires de propriedade de João Luiz Werneck “estava em negociação com o Banco do Brasil”. Contudo, a história de ocupação pelo MST, na região, não se fez sem conflitos, outras áreas ocupadas foram palco de violência, confronto entre policiais e as famílias, conforme depoimento do Natalino Viana, coordenador de grupo, no Assentamento Marajó no município de Peabiru. Ele relata que o período da ocupação da área até a criação do assentamento pelo INCRA, ocorreu rapidamente, em um ano e dois meses, ou seja, entre a ocupação, desapropriação e a reforma agrária, por meio do assentamento. Contudo, foi um processo de muitos conflitos entre as famílias dos trabalhadores rurais, arrendatários e a polícia. Esse processo também representa o início da efetivação do objetivo que é a conquista da terra, muitas vezes a realização desse só é possível por meio do enfrentamento com os latifúndios e alguns órgãos do Estado.

Figura 2 – Territorialização dos assentamentos e acampamentos dos trabalhadores rurais sem-terra na microrregião geográfica de Campo Mourão



Fonte: INCRA (2013), organizado pelo autor (2013).

O processo de ocupação de terras com a instalação dos barracos foi uma das primeiras ações para forçar o Estado, por meio do INCRA, na desapropriação da área ocupada. Inicialmente, as famílias foram orientadas por lideranças do MST, que vieram de outros assentamentos para ajudar na organização, outros, para reforçar em número de famílias à resistência, não só em termos de confronto com a polícia, como para as negociações com o Estado. Aos poucos, esses militantes do Movimento e as outras famílias retornam para seus locais de origem, para seus assentamentos, deixando a luta para os coordenadores de grupo. Essas ações sintetizam, em parte, as estratégias utilizadas pelo Movimento para agilizar o processo de territorialização dos trabalhadores sem-terra. Cada ocupação aglutina várias famílias de diferentes regiões e se constitui em um novo território, e novas territorialidades onde reproduz e aviva a luta pela terra, cria-se também *locus* de significações culturais e de identidades.

Os Movimentos Sociais, neste caso em especial o MST, são formas de resistência aos poderes hegemônicos, são as classes dominadas e exploradas, impondo seu poder, por meio da luta, por reforma agrária para todos os trabalhadores rurais. Porém, não basta ter acesso à terra, é preciso ter meios que possam fazê-la produzir, gerar renda, para que as famílias territorializadas sobrevivam (ANDRADE, 2013).

Nesse sentido, as manifestações contra o Estado são constantes na região, visto que as famílias do Assentamento Santa Rita tiveram muitas dificuldades para conseguir o acesso aos benefícios do Estado. De tal modo, que em 22 de setembro de 1999, o Jornal Tribuna do Interior veicula que mais de 200 (duzentos) trabalhadores rurais do MST ocuparam o Banco do Brasil, no município de Peabiru, em protesto ao Governo Federal em prol da Reforma Agrária e pelo descontentamento à rejeição de financiamentos pelo Banco, à produção das lavouras nos assentamentos em todo território nacional e, especialmente, ao Assentamento Santa Rita. Os trabalhadores exigiam do Banco do Brasil o direito ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

Essa implicação também se dá em razão do modelo agropecuário, voltado para produção de escala, isto é, o projeto do agronegócio, que afeta diretamente a agricultura camponesa no Brasil, contribuindo para o fortalecimento da sociedade de intensa desigualdade, em todas as dimensões. Contudo, as famílias que integram ao movimento se tornam cientes do exercício do poder, pela luta, pela resistência. O que incide na gestação de “grupos sociais que se organizam em busca de seus direitos, criando uma dinâmica social permeada por disputas, embates e conflitos” (SAUER; SOUZA, 2008, p. 62).

Com a chegada dos trabalhadores rurais do MST na região, essas manifestações se tornaram frequentes, e têm influenciado nas territorialidades no campo regional, uma vez que a base histórica do poder político sempre esteve atrelada ao capital agropecuário, aos grandes produtores da soja para exportação. E, nos últimos anos, com a territorialização do MST, os trabalhadores rurais têm mostrado à população, especialmente aos pequenos produtores rurais, a importância de se organizar e se mobilizar (Figura 3).

Porém, os ataques ao Movimento também é muito comum, para algumas pessoas, as ações de mobilização dos movimentos sociais de sem-terra são relações de violência no campo. Para os grandes produtores rurais, as manifestações, as ocupações de terras, ou invasões (conforme a denominação da classe dominante) são consideradas atrasos ao progresso econômico, ideia defendida pela revista Faep. Essas opiniões são resultados da sociedade capitalista, muitas vezes veiculadas nos meios de comunicações, defendendo os interesses de classes, especialmente a do agronegócio. Como exemplo, o Boletim da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo – Faep - que publicou no mês de setembro de 2012 uma matéria acusando o MST de movimento decadente, violento e de marginais. A matéria também enfatizava os conflitos na Fazenda São Paulo, do município de Barbosa Ferraz, que foi ocupada pelos trabalhadores rurais.

O MST é um movimento em decadência, cansou a beleza, a paciência e perdeu a simpatia de outrora da população. Volta e meia, porém, ainda tem espasmos violentos em invasões e manifestações contra o próprio governo petista, invadindo ministérios e sedes do Incra. No seu rastro o Movimento deixou marcas de invasões - 110 no Paraná, com destruições de imóveis, equipamentos, roubo e matança de animais e destruição de plantações [...].

Ao perder adeptos, o MST passou a recorrer ao rebanho de desocupados que margeiam pequenas e médias cidades (FAEP, 2012, p. 2).

Figura 3 – Ocupação do Banco do Brasil de Peabiru pelos Trabalhadores Rurais Sem Terra



Fonte: Jornal Tribuna do Interior (1999).

Analisando a matéria, é evidente o conflito existente entre as duas classes, a do agronegócio e a dos trabalhadores rurais. O agronegócio usando seu poder de força e influência, com apoio da mídia, para colocar a sociedade contra o Movimento. E, do mesmo modo, articulando-se com o Estado para que qualquer movimento em favor à reforma agrária, no país, seja neutralizado. Assim, “as lutas políticas, que se referem ao Estado e que atuam sobre eles (pois as lutas populares não se esgotam nunca no Estado) não lhes são exteriores, mas estão inscritas em seu arcabouço, motivando conclusões políticas” (POULANTZAS, 2000, p. 150).

O município de Campo Mourão é *locus* do agronegócio, das grandes cooperativas e o movimento não conseguiu alojar acampamentos e assentamentos. No entanto, estão concentrados nos municípios periféricos da região.

4. A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ACAMPAMENTOS IRMÃ DOROTHY E NOSSA SENHORA DO CARMO

Para construir um território o ator projeta, no espaço, trabalho, energia, informação e comunicação, buscando se adaptar às condições de um grupo, comunidade ou sociedade (RAFFESTIN, 2009). O acampamento Irmã Dorothy, é um exemplo de território construído por um grupo de trabalhadores rurais sem-terra.

O acampamento Irmã Dorothy, localizado no município de Barbosa Ferraz, tem início em 22 de novembro de 2005, em uma área de 573,20 hectares, que compreendia a Fazenda São Paulo (Figura 4) e o Sítio São Vicente (pertencentes a mesma pessoa). A ocupação foi desencadeada com a participação de 55 famílias de trabalhadores rurais sem-terra. Esses trabalhadores rurais, parte são originários de diferentes regiões paranaenses e alguns “brasiguaios”¹.

Figura 4 – Vista Parcial da Fazenda São Paulo e Sítio São Vicente



Fonte: Boletim Faep (2012).

O território ocupado pelas famílias, segundo relatos em documentos da Prefeitura Municipal direcionado ao Presidente do INCRA, era um latifúndio improdutivo, com sérios problemas ambientais e que não cumpria com a função social da terra. Alguns hectares da fazenda eram cultivados por arrendatários que se utilizavam de plantio à base de agroquímicos e não respeitavam as áreas de mananciais e matas ciliares. Também constam nos relatos que a fazenda era ocupada com algumas cabeças de gado que não eram cuidadas, nem mesmo vacinadas e havia denúncias que poderiam provocar febre aftosa, na ocasião.

Segundo senhor Dioleto, o ex-coordenador do acampamento, após ocupação, as áreas de mananciais e as matas passaram a ser cuidadas, as terras passaram a produzir grande diversidade de alimentos, reduzindo significativamente o uso de agrotóxicos, conseqüentemente diminuindo os danos ambientais, além de cumprir a função social. Neste sentido, a produção de alimentos passou a alimentar as famílias, e o excedente a ser comercializado no município de Barbosa Ferraz, gerando trabalho e renda, o que antes não acontecia.

Na atualidade, são cultivadas em 250 ha da área, com uma produção anual, especialmente de alimentícios como: feijão, milho, arroz, mandioca, dentre outros, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Produção do acampamento Irmã Dorothy, no município de Barbosa Ferraz

PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE	ÁREA CULTIVADA
Mandioca	3720	ton/ano	150 ha
Feijão	2550	Kg/ano	85 ha
Melancia	20	ton/ha	5 ha
Maracujá	6,25	ton/ano	0,25 ha
Sementes de Limão	3.000	litros	-
Milho	195.000	Kg/ano	60 ha
Vassoura	4.000	peças/ano	5 ha
Abóbora	120	ton/ano	12,1
Arroz	36	ton/ano	25 ha
Quiabo	7.000	Kg/ano	0,5
Bovinos	150	Cabeças	34 ha
Galináceos	1.200	Cabeças	-
Suínos	250	Cabeças	-
Banha animal	60	Kg/mês	-
Leite	105	L/dia	34 ha
Queijo	120	Kg/mês	-
Milho Pipoca	100	Sacas/ano	2,5 ha
Amendoim	40	Sacas/Ano	3 ha
Hortaliças subterrâneas (rabanete, beterraba, cebola, alho)	30.000	Kg/ano	3,5 ha
Hortaliças folhosas (rúcula, alface, couve, repolho, couve brócolis)	25.000	Kg/ano	3,5 ha

Fonte: Acampamento (2013).

De terra improdutiva à produção de alimentos. Tal fato contribuiu significativamente para que a população local, os comerciantes, as lideranças religiosas e poder público municipal e outras entidades de outros municípios, especialmente de Campo Mourão, por meio de organizações sindicais e universitárias a apoiar o movimento, para pressionar o Estado à realização da reforma agrária, com a implantação do assentamento.

Apesar das irregularidades da área ocupada, em junho de 2008, o poder Judiciário determinou a reintegração de posse para o proprietário da fazenda e instituiu ordem de despejo para as famílias de trabalhadores sem-terra. Nesse período, as famílias foram desterritorializadas, colocadas, temporariamente, na área em que estava depositado o lixo a céu aberto do município de Barbosa Ferraz, até que se resolvesse a situação. Porém, tal medida se tornou insustentável e as famílias reocuparam a área, ou seja, reterritorializaram no espaço, dando continuidade na construção do território de luta, onde vivem até hoje, ameaçadas constantemente por um novo despejo. Contudo, esses trabalhadores deixaram de viver em barracos de lonas, construíram suas casas, embora simples, mas com mínimo de conforto, conforme pode observar na Figura 5.

A luta desses trabalhadores pelo direito à terra, para trabalhar e viver, transformar o latifúndio improdutivo em terra produtiva. Neste sentido, a produção passou a alimentar as famílias, e o excedente a ser comercializado no município de Barbosa Ferraz, gerando trabalho e renda, o que antes não acontecia.

Neste sentido, várias reuniões foram realizadas, no legislativo do município de Barbosa Ferraz, com a participação de várias entidades representadas em defesa das famílias. A Unespar, por meio de seus professores pesquisadores e extensionistas, elaborou um documento em que constam as pesquisas sobre a luta pelo acesso à terra e o apoio do Estado no processo de modernização da agricultura.

Figura 5 – Casas construídas pelos trabalhadores do acampamento

Fonte: Acervo do autor (2013).

Também foram realizadas inúmeras reuniões na Superintendência Regional do INCRA do Paraná. Os representantes do acampamento juntamente com várias entidades e políticos do município tiveram uma conversa informal, em 2010, com o governador do estado do Paraná Orlando Pessuti, na visita ao hospital Santa Casa de Campo Mourão, onde lideranças do MST entregaram alguns documentos e solicitaram agilidade no processo, conforme as imagens representadas no mosaico (Figura 6).

Figura 6 – Mobilizações para legalização do acampamento Irmã Dorothy

Fonte: Câmara Legislativa do Município de Barbosa Ferraz (2010) e acervo do autor (2013).

Apesar de toda mobilização, a área das terras do acampamento Irmã Dorothy foi levada ao Superior Tribunal de Justiça – STJ. O pleito teve como causa o pedido de descumprimento de decisão judicial que determinava a retirada das famílias que ocupam a área. Contudo, a Corte Especial do STJ negou por unanimidade a intervenção da União no estado do Paraná para forçar o governo a efetivar a reintegração de posse com uso da polícia militar, conforme consta nos autos.

Ante os argumentos trazidos e já reproduzidos no relatório, revela-se defensável o afastamento da necessidade de intervenção federal contra o Estado do Paraná e, ao contrário, parece manifestar-se evidente a hipótese de perda da propriedade por ato lícito da administração, não remanescendo outra alternativa que respeitar a ocupação dos ora possuidores como corolário, dos principais constitucionais da dignidade da pessoa humana, de construção de sociedade livre, justa e solidária com direito à reforma agrária e acesso à terra e com erradicação da pobreza, marginalização e desigualdade social (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2014, p. 10-11).

O Superior Tribunal de Justiça (2014, p. 11) também destaca em seu parecer que “não há nos autos demonstração de que o imóvel tenha sido caracterizado como imóvel insubmisso à sua função social de modo a autorizar sua desapropriação para fins de reforma agrária”. Com esse parecer, as famílias e as instituições envolvidas estão na expectativa de que a reforma agrária aconteça efetivamente, por meios dos tribunais, fato novo nas ações do Governo Federal para realização de reforma agrária via assentamentos.

Contudo, segundo os dirigentes do MST, as famílias se organizaram e transformaram o acampamento Irmã Dorothy em um assentamento, ou seja, instalaram uma “reforma agrária popular”, pautados no trabalho realizado na terra, tornando-a produtiva, tal como no avanço nas relações sociais e culturais estabelecidas no município de Barbosa Ferraz e região. Assim, dividiram a área em pequenos lotes, criaram regulações da sua organização social, econômica e do mesmo modo, dos compromissos, direitos e deveres das famílias. No tocante aos direitos das famílias foram estabelecidos que:

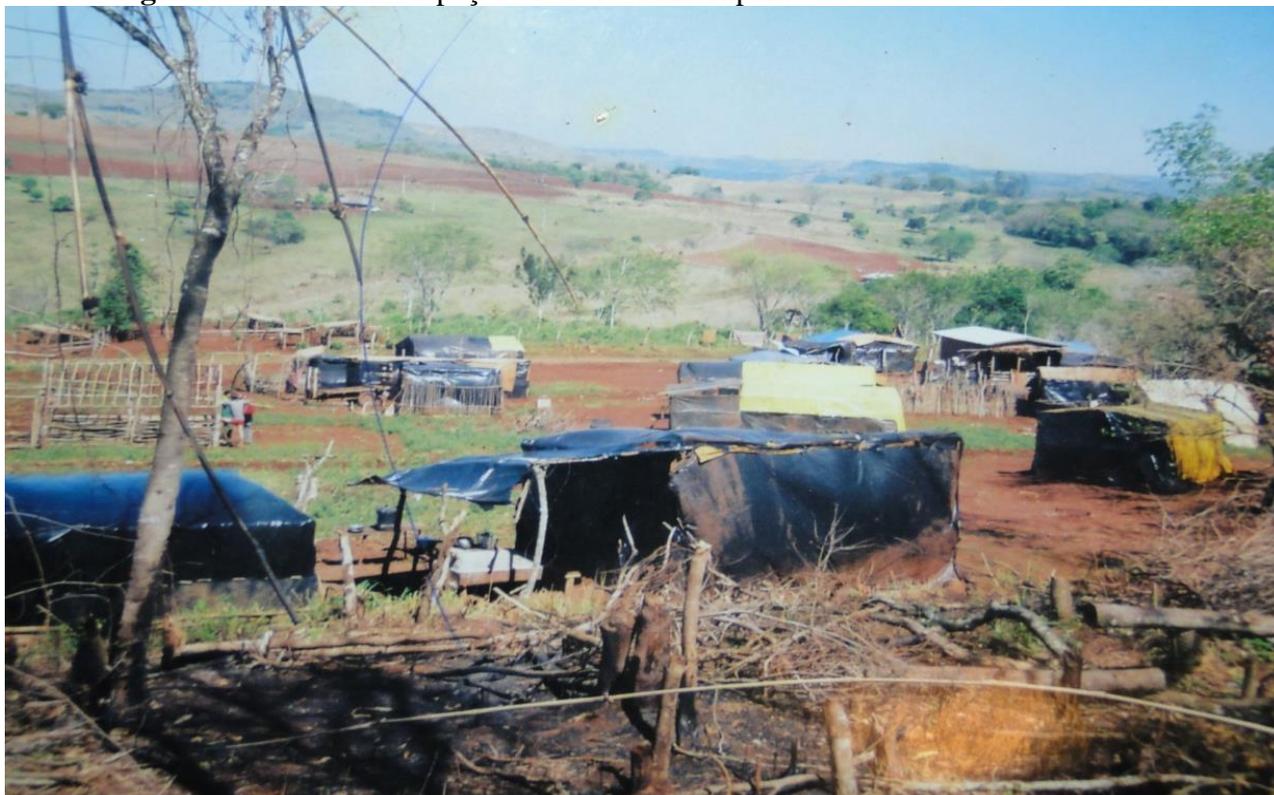
- a) Cada família acampada selecionada terá o direito de receber uma parcela de terra, desde que cumpra com suas obrigações;
- b) Todas as famílias terão o direito de acessar os créditos disponíveis pelo Governo Federal e Estadual, desde que cumpra com os projetos técnicos e a discussão do coletivo. O desvio na aplicação do crédito incidirá na perda do lote;
- c) A troca do lote será permitida só internamente desde que aprovado pela coordenação, antes de ir para o lote, e sem a liberação de nenhum crédito e desde que não envolva dinheiro e nem objeto;
- d) As famílias terão o direito de se beneficiar dos bens materiais e naturais, individual e coletiva desde que preservam: água, estrada, luz elétrica, escolas, igreja, saúde, esporte, campo de futebol, salão de baile;
- e) Em caso de necessidade, as pessoas que precisarem de água de um mesmo local, precisam combinar uma forma de favorecer a todos e que prezem a mesma;
- f) Todas as famílias têm direito de escolher todas as formas de cooperação existente no MST;
- g) O assentamento terá um único centro comunitário, com área de 2 alqueires para o investimento produtivo, cultural e social (MST, 2013, p. 3).

As famílias, juntamente com a coordenação regional, também estabeleceram as normas para o cumprimento dos deveres que todos devem seguir no Assentamento, dentre os quais destacamos os mais relevantes para organização do Movimento.

- a) Todas as famílias se comprometem a zelar, cuidar de sua parcela de terra, semelhante aos cuidados que os filhos devem ter com suas mães;
- b) Nenhuma família poderá vender o seu lote porque é uma conquista coletiva. Se o mencionado vir acontecer, tanto o comprador como o vendedor perderão o direito perante o assentamento e o INCRA;
- c) A terra do assentamento não pode ser arrendada internamente e nem externamente. Em caso de comprovação de lote arrendado, o assentado perde imediatamente o direito sobre o seu lote;
- d) As famílias assentadas devem cultivar a sua parcela de terra produzindo prioritariamente alimentos saudáveis e respeitando os projetos técnicos;
- e) É expressamente proibido o cultivo de quaisquer sementes, plantas e árvores transgênicas e termineiter;
- f) Não é permitido o plantio de monocultura de eucalipto, pinus e cana-de-açúcar para as usinas;
- g) Não é permitido o cultivo de fumo e tomate em estufa. Com relação ao cultivo de tomate, só será permitido se for orgânico;
- h) Todas as pessoas devem respeitar a fauna e a flora existentes no assentamento e fora;
- i) É expressamente proibido caçar pássaros e cortar árvores do assentamento;
- j) Todas as famílias devem respeitar os princípios do MST [...] (MST, 2013, p. 4).

Essas medidas foram e são fundamentais para materialização do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento com autonomia da organização do MST. Contudo, a região conta ainda com outro acampamento, o denominado de Nossa Senhora do Carmo que também se localiza no Município de Barbosa Ferraz e pertence ao MST (Figura 7). Esses trabalhadores iniciaram o processo de ocupação, territorialização da fazenda “Os Oitenta”, no dia 16 de julho de 2006.

Figura 7 – Início da Ocupação da área do Acampamento Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Acervo particular de um acampado (2006).

A Fazenda ocupada possui uma área de aproximadamente 80 hectares. Segundo depoimento de Esmeralda Damacena Junior, líder do acampamento, eles vieram em quinze famílias para ocupar a área, porém atualmente restam apenas seis famílias. Esmeralda assegura que todas as famílias são originárias da própria região de Campo Mourão. Essas famílias estão cadastradas no INCRA, há sete anos. Durante a sua trajetória de luta pela terra, passaram por vários acampamentos em áreas passivas de reforma agrária.

Segundo informações dadas por outros trabalhadores acampados, o local ocupado faz parte da área de uma fazenda que foi cedida a fins de reforma agrária para a formação do assentamento Muquidão, no município de Iretama. Essa área não possui escritura por isso ficou fora do projeto do assentamento Muquidão, que está localizada na outra margem do Rio Formoso. Em outras palavras, trata-se de terra devoluta.

As famílias acampadas produzem, em um espaço de terra individual, cereais como milho, feijão e arroz, para consumo próprio e o excedente comercializado no município de Barbosa Ferraz e Iretama. Também criam caprinos, suínos, bovinos e equinos em pastagem de uso coletivo. As casas das famílias foram construídas com galhos de árvores cobertas por uma lona. As famílias enfrentam muitas dificuldades no cotidiano, apesar de sete anos de ocupação, as famílias ainda não têm saneamento básico, como o acesso à luz elétrica, água tratada e encanada, estradas, telefones, ou seja, nenhum tipo de infraestrutura no local.

Neste sentido, a Universidade tomou para si, a responsabilidade de atuar junto aos assentamentos e acampamentos, com o intuito de valorizar a extensão universitária e expandir sua capacidade para transformar a realidade dos grupos sociais. Assim, um grupo de professores e estudantes da Unespar, por meio do projeto de incentivo à fruticultura, atuou nos assentamentos e, por conseguinte, nos acampamentos. O grupo realizou o mapeamento para a divisão dos lotes, considerando as áreas de mananciais, reserva legal, área coletiva. A área foi dividida em seis lotes, dos quais possuem uma variação de seis a oito alqueires para cada família. Com a divisão dos lotes, as famílias melhoraram a estrutura dos barracos, passaram a ser divididos em duas ou três peças, dependendo do número dos integrantes das famílias. Em resumo, a ação da Universidade, resultou na primeira iniciativa de construção de um assentamento realizado pelos próprios trabalhadores rurais no Brasil. Apesar dessas ações, é necessária a continuidade da luta para legalização dessa terra devoluta e, do mesmo modo, por políticas públicas voltadas à produção agrícola e para melhorar a qualidade de vida dessas famílias de trabalhadores rurais.

5. CONCLUSÃO

Os trabalhadores que se juntam ao movimento se tornam cientes do exercício do poder, pela luta, pela resistência, o que incide na emergência de novos grupos sociais que se organizam em busca de seus direitos, instituindo uma dinâmica social permeada por disputas, embates e conflitos. Portanto, com a chegada do MST na região, as manifestações se tornaram frequentes e têm influenciado nas territorialidades no campo regional, especialmente por se tratar de uma região em que há o predomínio do capital agropecuário, com grandes produtores da soja para exportação, e com amplo incentivo e apoio do Estado. E este se apresenta à sociedade com a aparência de moderno, para agregar para si o maior número de adeptos em torno de sua lógica.

Durante as décadas de 1990-2010, o MST organizou várias manifestações na região e influência nas territorialidades mostrando à população, especialmente aos pequenos produtores rurais, a importância de se organizar e se mobilizar para enfrentar as dificuldades socioeconômicas, principalmente relativos à produção e renda.

As dificuldades no campo são mais acirradas quando se tratam das famílias dos acampados, elas enfrentam grandes dificuldades, no cotidiano, pela falta de saneamento básico, acesso à luz elétrica, água tratada e encanada, ou seja, desassistidas pelo Estado, em síntese ‘excluídas’ da sociedade.

Em resumo, na escala regional, é notável dois territórios, podemos dizer da existência do *território do capital*, onde há maior incidência das culturas mecanizadas, soja e milho, maiores cooperativas agropecuárias, isto é, maior expansão capitalista de produção. Do mesmo modo, o *território de luta*, com menor potencial para expansão capitalista, onde predomina a agricultura familiar, a diversificação de culturas e maior incidência de pequenas propriedades rurais, bem como maior ocorrência de organizações sociais, como os assentamentos e acampamentos vinculados ou não ao MST.

NOTAS

¹ Denominação dada às pessoas que foram para o Paraguai, país vizinho, tentar sobrevivência no período do intenso êxodo rural, provocado “modernização da agricultura”.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. A V. **Poder, Estado e Capital nos Processos Des-Re-Territorialização no Campo na Microrregião Geográfica de Campo Mourão-PR**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 1º/julho/2014. Corte Especial, **Intervenção Federal** n. 111, Gilson Dipp, Relator, j. Brasília, 2014.

BARBOSA FERRAZ. CÂMARA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ. **Reunião com lideranças e entidades regionais sobre o acampamento Irmã Dorothy**. Barbosa Ferraz, 2010.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAEP). Quem trabalha, constrói; quem invade... **Boletim da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo**, n.1192, setembro, 2012.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. *In*: FERRANTE, V. L. S. B; WHITAKER, D. C. A. **Reforma Agrária de Desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010TI.asp>>. Acesso em 10 jan. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Portaria n. 25/97 Assentamento Santa Rita/SR-09/Nº 25/97**. Curitiba: INCRA, 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA. **Tabela com as datas da criação dos Assentamentos da Microrregião de Campo Mourão [mensagem pessoal]**. Destinatário: Aurea Andrade Viana de Andrade. [S. l.], 26 fev. 2013. 1 mensagem eletrônica.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1991.

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR. **Ocupação do Banco do Brasil de Peabiru, pelos trabalhadores rurais sem terra**. Arquivo Tribuna do Interior, 22 set. 1999.

MAGALHÃES, M. B. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MORO, D. Á. A Modernização da Agricultura. *In*: VILLALOBOS, J. G. (Org). **Geografia Social e Agricultura no Paraná**. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UEM, 2001.

Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Regimento Interno**. Acampamento Irmã Dorothy, Barbosa Ferraz, 2013.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Graal, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. *In*: HEIDRICH, Á. L. et. al. **A emergência da multiterritorialidade: A resignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ubra; Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SAUER, S; SOUZA, M. R. Movimentos Sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas. *In*: FERRAMTE, B. S. V. L.; WHITAKER, C. A D. **Reforma agrária e desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA, 2008.

SERRA, E. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

Data de submissão: 26.07.2017

Data de aceite: 29.07.2020

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.